

Prezados,

A Revista Juscontemporânea, a partir do volume 2, aberto em setembro de 2021, passa a adotar o sistema de "Publicação em Fluxo Contínuo". A mudança no formato da publicação estava sendo discutida há algum tempo e a decisão foi tomada buscando atender os requisitos de indexação de grandes bases de dados, como também os exigidos para a classificação da revista no Qualis-CAPES.

O que muda com o novo formato? Agora teremos um único volume anual aberto (*In progress*), à proporção que os artigos receberem o aceite dos avaliadores e forem diagramados serão publicados no volume em aberto. Ao final de um ano aquele volume será encerrado, sendo aberto um novo para o próximo ano. Esperamos que a mudança acelere a publicação dos artigos e contribua para uma maior visibilidade, tanto da revista quanto dos trabalhos publicados, pois trará maior agilidade ao processo de divulgação dos resultados das pesquisas.

A Revista Juscontemporânea continua com seu caráter interdisciplinar, buscando o diálogo do Direito com as demais disciplinas humanas, especialmente a Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Psicologia e Relações Internacionais, visando contribuir para a geração de novos conhecimentos nas diferentes áreas do saber. O acesso à revista continua sendo gratuito e não há taxas para submissão e avaliação de artigos.

Os Editores da Juscontemporânea se sentem honrados em entregar ao público de leitores, pesquisadores, juristas e estudantes a 1ª edição completa após a modificação para fluxo contínuo. Esta edição conta com seis artigos de temática livre. No artigo **Poder de Polícia e a Impossibilidade de Delegação ao Particular** é analisado o instituto Poder de Polícia que é uma das atribuições do Estado, e que tem sido alvo de discussões e contestações no decorrer dos anos no tocante a sua impossibilidade de delegação ao particular.

Em **Direito à Cidade e à Moradia: o vácuo entre a lei e a realidade** se pretende abordar a questão da moradia, hoje elevada à condição de direito fundamental.

Uso de Inteligência Artificial nos Escritórios de Advocacia: aspectos éticos e práticos aborda investiga o alcance das ferramentas de IA disponíveis na advocacia, bem como os desdobramentos práticos e éticos da sua implementação.

O artigo **A Competência Delegada da Justiça Federal após a Vigência da EC Nº 103/2019, para além das Causas de Natureza Previdenciária** pretende refletir acerca dos impactos de tal exclusão de hipótese de competência federal delegada.

Evolução Histórica do Direito Privado Alemão tem como principal objetivo a realização de um estudo panorâmico acerca da evolução histórica do direito privado alemão.

Agradecemos a todos que participaram do processo como autores ou como avaliadores e também a toda a equipe editorial da revista. Desejamos a todos uma ótima leitura.

Os Editores

ISSN Eletrônico: 2674-9734

Periodicidade: Publicação em Fluxo Contínuo (anual)

O recebimento de artigos caracteriza-se por fluxo contínuo sem que seja possível prever a data de sua publicação.